

## PREÂMBULO

### POR UMA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E CIENTÍFICA

Edward Frenkel, professor na Universidade da Califórnia, enaltece o fascinante mundo dos números, desmitificando a ideia de “matéria difícil”, refutando a imagem preconceituosa adquirida pela Matemática de “terror dos estudantes”

Para o conceituado autor, aliás judeu russo, o mundo dos números é um universo de beleza, elegância, prazer, transcendência, comparável à música e à poesia – dessa forma, desconhecido e “impenetrável” à maioria das pessoas.

Assim as ciências em geral. Observamos como há uma resistência ao conhecimento e ao entendimento científicos que parece ter causas culturais, encampadas pela escola. Somos herdeiros de uma mentalidade autocrática, burocrática, livresca, cartesiana agarrada ao Estado e suas diretrizes, por vezes anômalas.

Lembramo-nos, saudosos, das atividades no antigo curso primário (hoje da 1ª à 5ª séries) de inserção no mundo científico, dentre elas as aulas do “Clube de Ciências”. Como transcorria o processo de germinação de uma planta, desde a semente até a muda; a observação do sol e sua tabulação pelas estações e equinócios; a evolução dos batráquios, desde a coleta de girinos, da borboleta ou do bicho da seda, principiando pela fase da ninfa até completar-se o ciclo da produção (da seda). Éramos levados pelas abnegadas mestras até produtores de então, como o sr. Geraldo Monteiro e Zé do João Luiz.

Há quem diga que a intervenção educacional se limitava à mera observação. No entanto, ocorriam simultaneamente a experimentação, anotação e interpretação de dados. Participação, conhecimento, compreensão dos processos e relações físicas, químicas e biológicas, embora as carências tecnológicas. Aprendia-se, vivenciava-se - e com alegria – sem os estigmas das “respostas prontas”, próprias da escola livresca, cartesiana. Mesmo no antigo curso ginásial (hoje 6ª à 9ª séries), havia o “Momento da Matemática”, extraclasse, onde éramos desafiados a desenvolver teoremas, elucidar complexos exercícios de álgebra, trigonometria...

Imperiosa, para nossos dias, a incorporação/aplicação do conhecimento científico, do desenvolvimento tecnológico e suas implicações em áreas funcionais ou essenciais como saúde, meio ambiente, alimentos, biomassa – daí o estímulo às capacidades de observação, análise, reflexão, vivência, abordagem indagadora, argumentadora, intervencionista. Integração entre informação (teoria) e prática. A percepção do fato. A pedagogia da pergunta. A descoberta, segundo Paulo Freire, entre palavra e ação ou seja entre palavra-ação-reflexão.

Competem à escola e sociedade a inserção nos currículos e conteúdos programáticos – em particular os ligados às ciências – de processos de debates, decisão, execução de ações, com o envolvimento conjugado das ciências, que contribuam para a melhor sustentabilidade social, a cidadania responsável, condições de vida humana (relações ambientais, econômicas, políticas, sociais, culturais) e do meio onde atuamos. Dando sempre amplo espaço à pergunta, ao questionamento, à interrogação, à ressignificação do conhecimento.

Acesse o Boletim online no site [www.credivertentes.com.br](http://www.credivertentes.com.br)

## AO PÉ DA FOGUEIRA

### ENTRE ESPERTOS

Milharal de fazer gosto, daqueles de encher os olhos, fazer inveja à vizinhança e de que, há muito, não se vira por aquelas bandas. E quase na hora de ser colhido - hastes robustas, espigas granadas estourando a palha, pedindo para serem deitadas.

O fazendeiro, por alto, calculava, ou melhor, garganteava, como lhe era peculiar, a auspiciosa safra. Uns duzentos balaios – jacás, como se dizia ali – daqueles de cinquenta quilos a desafiar negro e boiada taludos no colher, carregar, transportar. São Finório (vamos assim chamá-lo) era famoso por seu rompante, e ainda por suas espertezas, astúcias, rasteiras dadas em tantos negócios e em quantos “patos”, antegozava o resultado daquela lavoura. Paiol cheio, que havia muita porcada e mesmo gado leiteiro para tratar. E quem sabe, vender um bom excedente...

Subitamente, a má notícia. No repentino, no inopinado, o fazendeiro recebe a mal-sinada informação. Uma manada de gado estranho, extraviado, derribara as cercas e praticamente dera de vez com o viçoso roçado. De cabo a rabo, pouco sobrava. São Finório, de visu, na bufunfa, comprova o total estrago promovido pelo alheio gado (já encontrado nas proximidades, fora da lavoura), a que manda prender, no curral próximo, na total abstinência, sequer água, até que se localizasse o dono. Pelo jeito, gado com várias marcas, variadas raças, difícil localizar, mas, por muito indagar e sondar, descobriu-se o dono. E logo quem! Um dos moradores mais astutos, batoteiros daquelas lombadas e quebradas – burlescamente conhecido por Pio - acostumado a gingados, trapaças e sinecuras de toda sorte e que é chamado, no galope, por São Finório, às favas, às contas. Lobo contra lobo, e todos os que tomaram conhecimento aguardavam, ansiosos, na moita, o desfecho do caso.

- Prejuízo enorme, afirma São Finório, enumerando balaios e carradas de milho que dali seriam extraídos.

Para quem esperava uma quebra de braços, uma guerra, entre duas raposonas, lobos vorazes e astutos, se enganara de todo.

São Pio, na verdade, ou melhor no primeiro momento, nem piou. Não se esquiva, não tergiversa quanto ao fato. Muito ouve, muito cisma lá com seus botões. Reconhece que o gado é seu, um lote de trinta e tantas reses invernadas, luzidia, mas que, após dias aprisionadas no curral, emagreceram, descoloriram. Se dispõe, docilmente, a ressarcir o proprietário. São Finório, como era se esperar, pede uma “nota”, um absurdo pelo prejuízo. São Pio por ali, no calado, sem tossir nem mugir.

Acordados, enfim, quanto ao preço (“por muitos bons modos, faço por seis mil reais, quase o preço de custo da lavoura”, diz o proprietário) pagamento daí a quarenta dias, São Pio, ali acolitado por um filho, requer que o gado seja solto. Afinal, o mesmo ali estava encarcerado de dias, faminto, esquelético.

- Muito errado, pondera. Não é coisa que se faz com o gado nem com vizinho. Isso, na justiça, dava encrenca...

Porteira aberta, liberadas as reses, alquebradas pelo duro cativoiro, São Pio, já acomodado no selim da mula ruana, as mãos em pala – o filho, ao lado, com quem confabula - conta, reconta suas “criações”. Ou finge fazê-lo. Inopinadamente, tão logo as reses subvertem na curva da estrada, sob condução do filho, já em acelerado galope (não mais havia como contá-las), São Pio solta grosso grito, simula vasto, incontinente desespero, dirigindo-se ao dono do milharal:

- Epa! Minha nossa, São Finório. Estão faltando cinco reses... e das melhores... O que foi feito delas?! Não vá me dizer que Vossamecê extraviou elas...

Solicita o reembolso do gado. Que, na verdade, não fora seu o gado quem arrombara cercas e dilapidara o roçado. Não havia provas nem contraprovas. Ameaça, por fim, levar o caso às autoridades. Gado ilegalmente aprisionado, maus tratos, reses sumidas, exigia reparação. E que São Finório, por mais protestasse, teve que engolir.

- Por muitos bons modos, deixo o prejuízo do gado que tá sumido por seis mil reais...



# ADIVINHAS

- 1- O que é que corre pela casa toda e depois dorme num canto?
- 2- Qual o sobrenome que todo mundo tem?
- 3- Quem é que nasce no rio, vive no rio e morre no rio, mas não está sempre molhado?
- 4- O que é que corre em volta do pasto inteiro sem se mexer?
- 5- O que o nadador faz para bater o recorde?

Respostas: 1- A vassoura; 2- Costa; 3- O carioca; 4- A cerca; 5- Nada

## Provérbios e Adágios

- A panela queima e a pipoca faz festa
- Cachorro no monte de palha – não come, nem deixa a vaca chegar
- Ser como a galinha: botar o ovo e sair gritando
- Quando um burro orneja, o outro baixa as orelhas

### Para refletir:

- Quando os que comandam perdem a vergonha, os que obedecem perdem o respeito.

(Georg Lichtenberg, filósofo alemão 1742/1799)

- A natureza divina providenciou de modo que em qualquer parte você encontra algo para aprender. (Leonardo da Vinci)

- No caminho da perfeição, o não avançar é recuar e o não ganhar é perder. (São João da Cruz)

- A função do escritor? Ser testemunha do seu tempo e da sua sociedade. Escrever por aqueles que, muitas vezes, esperam ouvir da nossa boca a palavra que gostariam de dizer. Comunicar-se com o próximo e, se possível, mesmo por meio de soluções ambíguas, ajuda-lo no seu sofrimento e na sua esperança.

(Lygia Fagundes Telles)

## EXPEDIENTE

### QUEM SOMOS:

O boletim é uma iniciativa independente, voluntária, necessitando de apoio de todos os São-Tiaguenses, amigos de São Tiago e pessoas comprometidas com o processo e desenvolvimento de nossa região. Contribua conosco, pois somos a soma de todos os esforços e estamos contando com o seu.

Comissão/Redação: Adriana de Paula Sampaio Martins, Elisa Cibele Coelho, João Pinto de Oliveira, Paulo Melo.

Coordenação: Ana Clara de Paula

Revisão: Heloisa Helena V. Reis Oliveira.

Colaboração: Marcus Antônio Santiago; Instituto hist. Geográfico de São Tiago.

Apoio: Patricia Dayany Carvalho

E-mail: credivertentes@sicoobcredivertentes.com.br

COMO FALAR CONOSCO:

BANCO DE DADOS CULTURAIS/INSTITUTO SÃO TIAGO APÓSTOLO

Rua São José, nº 461/A - Centro

São Tiago/MG - CEP: 36.350-000

Celular: (32) 9 9912-2254 (hor. comerc.) Tel.: (32) 3376-1286

Falar com Patrícia Dayany Carvalho

Realização:



Patrocínio:



Apoio Cultural:



## Liteira

Competentemente restaurada, com apoio da Prefeitura Municipal, a liteira – que compõe o acervo do Memorial Santiaguense – acha-se novamente em exposição, desde o dia 29/12/2016.

A Direção agradece o empenho do sr. Irimar Mendes, então DD. Prefeito Municipal, na liberação de recursos, bem como ao renomado restaurador, sr. Carlos Mágnio de Araújo, permitindo à comunidade contar com tão precioso bem histórico, devidamente reformada.

A Liteira, uma peça do final do séc. XIX, pertenceu ao Cel. Antonio Carlos de Oliveira (1840-1910), proprietário da Fazenda Rio do Peixe, sendo doada ao Memorial pela família do sr. Antônio Pinto de Oliveira (1905-1987).



## DISTINÇÃO ENTRE O VERDADEIRO E O FALSO LÍDER RELIGIOSO

“O líder religioso deveria ser uma alma iluminada. Se ele prega o conhecimento de Deus, sem ele próprio possuir esse conhecimento, é difícil para o aspirante da espiritualidade julgar a idoneidade de um mestre ou profeta, porque o homem verdadeiramente religioso não faz alarde de sua santidade.

Há, porém, certas qualidades que são características de um autêntico líder espiritual. Antes de mais nada, ele conhece o espírito das escrituras. Depois, possui o coração puro e sem pecados, o que significa que ele vive aquilo que prega – não basta o conhecimento intelectual da verdade religiosa. Em terceiro lugar, ele labuta por puro amor pela humanidade; não ensina movido por segundas intenções, como o desejo de riqueza ou de fama. O líder espiritual ou profeta, que possui essas três qualidades, merece confiança e o aspirante espiritual que dele se aproxima, com confiança e reverência, é um abençoado.

(Swami Prabhavananda – “O Sermão da Montanha segundo o Vedanta”, S. Paulo, Ed. Pensamento, 9ª ed. 1993, págs. 128/129)

**Na edição nº CXIII, Fev. /2017, por motivos de incorreção material ou gráfica, procedem às seguintes retificações:**

Matéria: “O Grupo Escolar Afonso Pena Júnior”

Pág. 5 – Nota 1:

Onde se lê “profª Herondina de Mello”

Leia-se: “profª Hormandina de Mello”

Pág. 6 – Nota 7:

Onde está escrito “Dª Balbina Lina da Matta faleceu em 14/03/1834, leia-se 14/03/1934 ...”

# Escolha da Profissão

## DILEMAS DE ONTEM E HOJE

A vida profissional, os questionamentos sobre o que seremos, o que faremos quando crescermos nos perturbam desde a infância. Os próprios pais e adultos, em sua maioria, nos implantam inquietações, desassossegos sobre o assunto. Que profissão ou carreira seguir, que atividades nos parecem atraentes, qual melhor escolha nos ajudará na obtenção de realização pessoal, profissional, qualidade de vida...

O mercado de trabalho, hoje, exige habilidades, competência testada, conhecimento interpessoal e de multiuso. Tudo nos impulsiona, nos sacode, forçando-nos a caminhar, a nos aprimorar, em todos os níveis. Consumismo, competição, novas culturas, globalização, inovação tecnológica, redes sociais, a modernidade - não mais a vapor ou a jato - mas a um simples toque digital.

Se hoje há a consciência de que devemos aliar trabalho e satisfação, prazer, conforto, no passado a escolha profissional era algo compulsório, visto quase como o único objetivo existencial, que ocorria ou primava tão somente para nos dar sustento pessoal, familiar, ou seja, sobrevivência. Exceção, obviamente, para os privilegiados, protegidos. As relações de trabalho eram precárias, sem legislação consistente, em especial para um País, como o nosso, que vivera mais de três séculos sob a nefanda égide da escravidão.

O trabalho manual-mecânico ocupava, no passado, boa parte da vida das pessoas, inicialmente na condição de aprendiz, com suas exigências, receios, limitações para tornar-se, depois, uma forma de adestramento profissional. O aprendiz hábil se tornava, com o tempo, um ajudante especial, o contramestre. Concomitantemente ao seu aspecto corporal, o trabalho significava o emprego, a inserção e incorporação do sujeito no sistema de relações econômicas e sociais, ou em síntese, o trabalho se confundia com a

própria subsistência da vida.

Inexistindo trabalho formal, as pessoas, em particular os jovens, aceitavam atividades subalternas, às vezes de exploração e sacrifício: elevada carga horária, serviços pesados e brutos, até que adquirissem conhecimento, perícia e destreza em seu ofício. Trabalhava-se até sem remuneração, expostos a castigos físicos, num regime praticamente escravo. Pais que levavam os filhos a uma oficina (alfaiataria, marchetaria, forjaria, ateliês de costura, etc.), entregando-os aos donos e oficiais para que ali aprendessem a profissão, sem ônus algum para o proprietário. Situação que encontramos largamente na literatura do século XIX (basta lermos os Contos de Machado de Assis) e que perdurou, entre nós, até há pouco. E ainda havia os serões, em que ao lado do serviço rotineiro diário, fazia estender o expediente até altas horas da noite, varando-se madrugadas...

Havia, outrossim, um aspecto peculiar quanto ao mercado de trabalho no passado. Pouca rotatividade e o funcionário permanecia limitado, uma vida inteira na mesma empresa, caindo muitas vezes na rotina, até mesmo na mediocridade. Anulado, desmotivado, em especial nas empresas familiares, comuns então, de gestão profissional complicada, centralizada. Isso sem mencionarmos a clássica, caricata situação de grande parte do funcionalismo público...

Hoje, de forma geral, a vida profissional surge com a maioridade - ou mais tarde ainda - para quem se gradua num curso superior e demais cursos tecno-profissionalizantes. São, afinal, temporadas de estudos, aprimoramento de conhecimentos e habilidades, de inovações metodológicas e tecnológicas e que dependem, em grande parte, dos esforços e aptidões do interessado.

# SUCESSO



# A bandeira de Fernão Dias e sua passagem por nossa região e terras do hoje município de São Tiago

“Foi em março, ao findar das chuvas, quase à entrada do outono, quando a terra, em sede requeimada, bebera longamente as águas da estação que, em bandeira, buscando esmeraldas e prata, à frente dos peões, filhos da rude mata, Fernão Dias Pais Leme entrou pelo sertão”



Assim o poeta Olavo Bilac inicia seu poema épico “O Caçador de Esmeraldas – episódio da epopeia sertanista no XVII século”, em que narra os feitos de Fernão Dias Pais, indubitavelmente, um marco fundamental na exploração territorial e na fixação humana de nosso Estado de Minas Gerais. A expedição do célebre e visionário bandeirante paulista superaria “brincas serranias”, “matagais”, “ásperas brenhas”, rios roncando pelas fráguas, adentrando o “seio nutriz da natureza bruta” e o “verde coração do sertão”, no sugestivo dizer de Bilac.

Antes de acompanharmos a bandeira de Fernão Dias, busquemos, contudo, nos situar quanto às razões e objetivos das bandeiras. Acreditando na existência de metais preciosos em sua Colônia - tais quais encontrados na América Espanhola - a Coroa Portuguesa, desde o século XVI, estimulou expedições e entradas pelos sertões, a partir do litoral. Na 2ª metade do século XVII, após a Restauração (desmembramento da Espanha), Portugal passava por grave crise econômica - na verdade, em situação desesperadora - com a queda dos preços do açúcar<sup>(1)</sup> e do tabaco no mercado e conseqüente carência de moeda, tornando-se necessárias novas fontes de renda, dentre elas a descoberta de minerais preciosos. As bandeiras paulistas, por disposições expressas em Cartas Régias, foram incentivadas a aprisionar índios e a buscar/encontrar os lendários tesouros e eldorados - dentre eles o de Sabarabucu ou Vapabuçu -<sup>(2)</sup> que se diziam existentes nos ínvios sertões<sup>(3)</sup>.

Fernão Dias, nascido em 1608, famoso apressador de índios, bafejado por promessas de prêmios e honrarias (títulos de nobreza)<sup>(4)</sup>, formou poderosa expedição, partindo de São Paulo em 21 de Julho de 1674, à frente de 700 homens, entre índios, mamelucos e brancos, à procura de prata e esmeraldas. Percorreria ele, por sete anos, os sertões do atual Estado de Minas Gerais, desde as cabeceiras do Rio das Velhas, o vale do Paraopeba, a zona do Serro Frio e Serra do Espinhaço. O bandeirante morreu em 1681, de malária, acreditando ter descoberto esmeraldas, quando, na verdade, só descobrira turmalinas, pedras verdes sem maior valor. A importância maior de sua intrépida expedição, segundo estudiosos, foi ter desbravado considerável extensão do território das Minas Gerais, onde, pouco mais tarde, ainda no final do século XVII, seria descoberto ouro em notável quantidade. (Ver box - “O mérito das bandeiras”).

Segundo o historiador Márcio Santos (in “Estradas Reais - introdução ao estudo dos Caminhos do ouro e do diamante no Brasil”), o trajeto da expedição de Fernão Dias deu origem ao “Caminho Geral do Sertão”, “com a descoberta de ouro nas bacias do Rio das Velhas, do Rio Doce e do Rio das Mortes, caminho esse utilizado pelas levadas de aventureiros, que acorriam à região das Minas, a partir dos núcleos urbanos paulistas”. Abriam-se, assim, de forma insofismável, as portas da região das minas aos aventureiros, con-

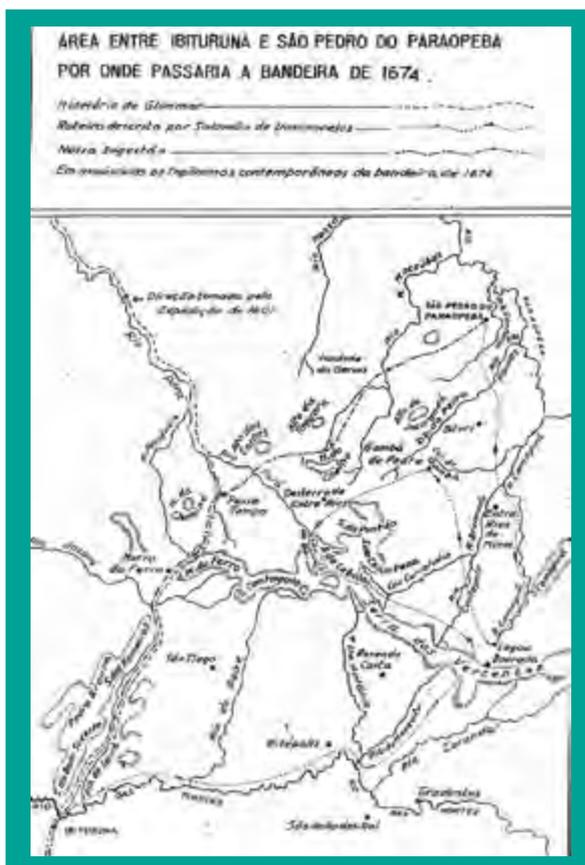
tribuindo para sua povoação e a integração progressiva da nação brasileira.

Sabe-se que Fernão Dias não observou as recomendações do governador geral, o Visconde de Barbacena, que, em carta datada de 20 de outubro de 1761, confiou-lhe “ir marcando vossa mercê as serras, rumos, caminhos, rios e tudo o mais que convier para deixar sem dúvidas descobertas as minas e sabida a entrada para elas, fará vossa mercê um roteiro, pelo qual se possa ir guiando os que a elas voltarem, sem se confundir nas jornadas”. Não se processando as demarcações ou balizas, ou feitas parcial e precariamente, restariam taperas ou acampamentos abandonados, que desapareceram com o tempo, tornando-se incerta, assaz difícil a recomposição/identificação exata do roteiro seguido pelo bandeirante e sua portentosa expedição. De igual forma, os documentos até hoje conhecidos ou disponíveis, relativos aos pontos transitados e alcançados pela bandeira, são deficientes, se perderam ou inexistentes, pois, como vimos, Fernão Dias não fez registros ou marcos de seu itinerário.

## ROTEIRO DA EXPEDIÇÃO DE FERNÃO DIAS

Divergem, em vários pontos, os historiadores quanto à reconstituição do itinerário, inclusive dentro do território paulista. Há quem afirme que ele seguira o caminho aberto pelo bandeirante anterior Matias Cardoso, em 1672, que atingiria o atual município de Belo Vale. Ou ainda o percurso da expedição de Lourenço Castanho Taques, que, entre 1665 e 1668, embrenhara pelos sertões, adentrando o território mineiro em luta contra indígenas “cataguás”, atravessando seguramente o solo de nossa região. Na prática, as expedições e bandeiras constituíram itinerários, mais tarde consolidados como estradas reais e picadas. Outros, de forma genérica, que Fernão Dias seguira pelas margens dos rios, aproveitando as trilhas indígenas. Um dos participantes e escriba da expedição de André de Leão (1601), o holandês Guilherme Jostten Glimmer, informa, sem maiores detalhes, que, a partir de Ibituruna, estendia-se uma “estrada larga e batida”. Sabe-se que a expedição de Fernão Dias alcançou Ibituruna, no final de setembro ou início de outubro (1764), período, à época, chuvoso. Aí se instalou, da mesma forma que expedições anteriores, erguendo edificações e plantando lavouras. Fintas as chuvas (conforme exalta Bilac), já em março do ano seguinte, atravessou a região do “Campo das Congonhas” (Campos das Vertentes), em direitura à Serra da Borda.<sup>(5)</sup> No trecho entre Ibituruna e o vale do Paraopeba, segundo estudos do historiador Eduardo Canabrava Barreiros, a expedição passaria pelas terras de nossa região, como Bom Sucesso, São Tiago, Morro do Ferro, Passa Tempo, Piedade dos Gerais.<sup>(6)</sup>

Pedro Calmon afirma em sua “História do





Brasil”, ao abordar o itinerário da expedição, que Fernão Dias “varava escabrosas regiões, por montes e vales, em direção ao norte, depois ao oriente”. Importante ressaltar que as bandeiras utilizavam-se de equipamentos de observação e orientação como astrolábio, bússola, mapas já existentes etc. Em declaração à Câmara de São Paulo, em 1672, Fernão Dias esclarecera “que ia aventurar pelas informações dos antigos e que se reportava ao que tinha escrito ao governo deste Estado sobre minas de prata e esmeraldas”, o que segundo pesquisadores, é referência à expedição de Marcos de Azeredo que, no final do século XVI, teria descoberto “esmeraldas” em nosso território. Contexto ratificado por Fernão Dias em sua carta de proclamação da descoberta das minas de “esmeraldas”, datada de 27/03/1681: “no serviço de Sua Alteza... deixo abertas covas das esmeraldas no mesmo morro de onde as levou Marcos de Azeredo”

O roteiro da expedição de Fernão Dias, partindo de São Paulo, teria descido o vale do Paraíba até Taubaté (ou Lorena), transposto a Serra da Mantiqueira pela Garganta do Embau (ou Atibaia, segundo outros autores) atravessado os rios Passa Quatro, Capivari (hoje Baependi), a seguir os rios Verde e Grande, até se estabelecer em Ibituruna, onde permaneceria cerca de seis meses. Em marcha, no ano seguinte, tomando rumo nordeste, transpôs a Serra da Borda, chegando ao vale do Paraopeba, onde Fernão Dias fundaria o arraial de Piedade dos Gerais; dali alcançou o Rio das Velhas, estabelecendo-se/fixando-se, entre 1675 e 1681, em São João do Sumidouro (hoje o distrito de Fidalgo, no município de Pedro Leopoldo), realizando a expedição inúmeras incursões, ao longo dos anos, por vasto território, até o Jequitinhonha, Araçuaí, Itacambira.

Segundo o conceituado historiador Waldemar de Almeida Barbosa, após a saída de São Paulo e a travessia da Mantiqueira pela garganta (ou aguada) do Embau, a expedição “em seguida passou por Passa Quatro, Pouso Alto, Baependi, Conceição do Rio Verde, Ingá (claro que essas localidades não existiam), atravessou o vale do Rio Grande e foi atingir o primeiro pouso, Vituruna, que é a atual cidade de Ibituruna. Aí deve ter encontrado roças plantadas, criações de aves e porcos, como o bandeirante, antecipadamente, determinara que fizessem<sup>(7)</sup>. Essa foi a primeira etapa da jornada.

Ibituruna, na bonita frase de Diogo de Vasconcelos, foi o ‘primeiro lar da pátria mineira’. Depois de algum tempo de descanso, pôs-se a bandeira novamente em marcha. Depois de atravessar o Rio das Mortes, seguiu rumo ao nordeste, atravessou as nascentes do rio Pará<sup>(8)</sup> e foi atingir o vale do Alto Paraopeba<sup>(9)</sup>.”

Prossegue Waldemar de Almeida Barbosa: “Novo descanso da bandeira, que, em seguida, rumando sempre para o nordeste (Basílio de Magalhães

chamou Fernão Dias de ‘homem do nordeste’, que preferia sempre esta direção), passando exatamente entre a atual Capital mineira e Betim, foi chegar ao Sumidouro do Rio das Velhas. No Sumidouro, radicou-se Fernão Dias, com sua gente, por quatro anos, explorando as redondezas, consertando as armas, refazendo as plantações. Tudo foi explorado. O ouro estava aí, pertinho no Rio das Velhas, distante apenas 3 km do arraial, mas a obsessão do bandeirante eram as esmeraldas” (“O caçador de Esmeraldas”, B.Horizonte, Ed. Comunicação, 1981, págs. 22/23).

Segundo Von Eschwege, Fernão Dias “... acompanhado de muitos parentes, amigos e numerosas pessoas, partiu para a região das esmeraldas descrita por Marcos de Azevedo. Iniciou assim uma jornada semelhante a dos filhos de Israel no deserto, com a diferença de que esta somente durou 7 anos (...) Depois de numerosas fadigas e perigos, chegaram até Hivutujai, hoje Serro do Frio, e então, um dos sertões mais selvagens e estéreis de que se tem notícia, como aliás indica o nome de origem indígena: região deserta” (“Pluto Brasiliensis” vol. 2., B.Horizonte/S.Paulo, Ed. Itatiaia/Edusp, 1979, pág. 83).

Fernão Dias, que proibira ferreamente a captura de índios, enfrentaria o abandono de quase todos os seus homens, inclusive os capelães; a traição de um filho, José Pais, a quem mandou enforcar; o esgotamento das munições, remédios, roupas. Encaminhou, pois, emissários a São Paulo, recomendando à sua esposa D<sup>a</sup> Maria Garcia Rodrigues Betim que vendesse todo o ouro, inclusive joias suas e das filhas e com o dinheiro arrecadado fossem adquiridas armas, pólvora, remédios, roupas, o que foi feito. Com as provisões em mãos, Fernão Dias prosseguiu sua jornada no sentido nordeste mineiro, rumo ao Serro<sup>(10)</sup>, chegando assim “à sua sonhada Vupabuçu, pátria da apetecida ‘serra das Esmeraldas’, onde achou suas pedras verdes<sup>(11)</sup>” (op.cit. pág. 23). As pedras, na acepção/interpretação de Canabrava Barreiros, foram descobertas em Itacambira, após Fernão Dias deslocar-se do Serro, Itamarandiba e daí a Itacambira, conforme descrição em sua carta datada de 27/03/1681.

Para o historiador paulista Américo de Moura, Vupabuçu ou “lagoa grande” na linguagem indígena, estaria localizada à margem esquerda do Rio Urupuca, afluente do Suaçuí e tributário do Rio Doce. O já mencionado Waldemar de Almeida Barbosa em seu “Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais” esclarece que “Sabarabuçu foi o nome encantado que atraiu tanta gente à procura de prata. Foi o Eldorado famoso que povoou a cabeça de bandeirantes audazes”

O primeiro autor a divulgar a lenda da serra “Vapabuçu” ou “Sabarabuçu” foi Pero de Magalhães Gândavo, em sua obra “História da Província de Santa Cruz”, segundo este, uma região de imensos tesouros. Dezenas de expedições, desde o séc. XVI, várias partindo de Porto Seguro (Bahia), buscariam, em balde, a sua localização. Uma delas, chefiada por Antonio Dias Adorno, sertanista baiano de ascendência genovesa, teria explorado o leste de Minas Gerais (1574). Entre 1578 e 1580, Adorno realizaria nova expedição pelo rio Jaguaribe. Só o governador da Capitania do Espírito Santo, Francisco Gil de Araújo, promoveu cerca de 14 expedições em busca da fabulosa “Serra Resplandecente”, em território mineiro. Dessas, a mais divulgada foi a de Marcos de Azeredo Coutinho, que, em 1596, teria chegado à Lagoa de Vupabuçu, na região do Serro e Itacambira, aí encontrando as primeiras pedras, confundidas com esmeraldas. Os historiadores se referem até a expedições organizadas por jesuítas em busca dessas minas. Fernão Dias julgava descobri-las ou localizá-las a nordeste, explorando inicialmente, de forma obsessiva, a região do Rio das Velhas, onde permaneceu por quatro anos e após os resultados infrutíferos, deslocou-se para a região do Serro.

Antecedentes da bandeira de Fernão Dias - A expedição de André de Leão (1601) que, segundo o historiador Orville Derby (in “O roteiro de uma das primeiras bandeiras paulistas”), saíra de São Paulo, seguindo em direção norte, à procura da mítica Sabarabuçu, tendo chegado à atual cidade de Pitangui. Uma segunda expedição, comandada por Nicolau Barreto, igualmente saíra de S. Paulo em setembro de 1602, chegaria em fevereiro de 1603, no sertão do Rio das Velhas (antigo Rio Guacuí) e Paracatu. Segundo Orville Derby, é provável que até Ibituruna, a expedição de Fernão Dias (1674) tenha seguido o mesmo trajeto da expedição de André de Leão. A partir daí, o itinerário seguido por Fernão Dias, rumo nordeste, parece buscar, se direcionar gradualmente para o local onde a expedição de Marcos de Azeredo Coutinho teria encontrado esmeraldas.

Já mapas como de Sanson d’Abbéville (1656) e de Coronelli (1688), apresentavam, com alta precisão, os rios São Francisco e seus afluentes, os rios das Velhas e Pará, sinal de que o território das Minas era já devidamente conhecido. (12) Há referências, ademais, à bandeira de Martin Rodrigues Tenório de Aguiar que teria passado pela região em 1606, já então conhecida como “sertão do Campo Grande”

NOTAS

(1) Portugal exaurira-se com a guerra da Restauração contra a Espanha (1640). Por outro lado, os holandeses, após expulsos do Nordeste (1654), passaram a produzir açúcar nas suas possessões nas Antilhas, competindo no mercado e diminuindo consideravelmente o lucro português.

(2) Pode-se observar, comparando-se os roteiros das principais expedições paulistas de apresamento de índios e busca de metais, em especial no século XVII, em direção ao Centro-Oeste mineiro e Alto São Francisco, são simétricos, se sucedem e se repetem com pequenas variações em sua diretriz ou percurso (ver mapas/ simulação – boxes).

(3) A expedição de Fernão Dias contava, entre seus componentes, ao lado de vários familiares, com sertanistas experientes e de peso, dentre eles: o Cap. Matias Cardoso de Almeida, Antonio Gonçalves Figueira, João Carvalho da Silva, José de Carvalho (que ficaria dirigindo o arraial/feitoria de Itacambira), Pedro Leme do Prado e seu irmão Diogo Barbosa Leme, Marcelino Teles, Manoel da Costa, Belchior da Cunha, Manuel de Góis, Domingos Cardoso Coutinho, Antonio do Prado da Cunha, Baltazar da Costa Veiga, Francisco Pires Ribeiro (sobrinho), Garcia Rodrigues Pais (sobrinho), Manuel da Borba Gato (genro), Francisco Pais de Oliveira Horta (genro), José Dias Filho (filho).

(4) “Sabe-se pelo roteiro de Glimmer, que havia um caminho para o São Francisco em rumo ao noroeste, provavelmente pelo espigão entre os rios Pará e Paraopeba e que este cruzava um outro largo e trilhado caminho que devia ir para o norte” (Orville Derby in “Os primeiros descobrimentos de ouro em Minas Gerais”).

(5) Os reis eram sócios só nos lucros, deixando aos descobridores das minas todo o ônus das empreitadas, recompensados estes com alguns quintos ou décimos e as tradicionais honrarias tão cobiçadas. “Arrostou o valoroso bandeirante com toda sorte de dificuldades ainda durante os aprontos laboriosos da bandeira e isso, sem nenhum risco ou canseira para o real sócio, que se limitava a promessas de galas e mercês” (Canabrava Barreiros – “Roteiro das Esmeraldas – a Bandeira de Fernão Dias Pais”, pág. 23).

(6) A bandeira de Fernão Dias consolidou, na prática, o caminho já palmilhado em oportunidades anteriores (André de Leão, Nicolau Barreto, Castanho Taques), atravessando e ocupando considerável parte do atual território mineiro, permitindo o estabelecimento dos primeiros núcleos populacionais e o suporte logístico para as jornadas seguintes. Assim, a passagem da expedição de Fernão Dias, bem como de várias outras anteriores, atravessou/percorreu trechos de nosso atual território, praticamente uma rota natural à época, conforme estudos e mapas de historiadores, dentre eles Eduardo Canabrava Barreiros, autor que, a partir de aprofundadas pesquisas históricas, cartográficas comparativas, inseriu maior precisão de dados pertinentes ao itinerário seguido pelo célebre bandeirante paulista e no qual nos baseamos essencialmente para a elaboração da presente matéria.

(7) Fernão Dias enviara, à sua frente, em 1673 e inícios de 1674, com tais objetivos, as expedições de Matias Cardoso e de Bartolomeu da Cunha Gago. Em carta endereçada a Bernardo Vieira Ravasco, datada de S. Paulo, a 20/07/1674, véspera de sua partida em direção aos sertões, escreveu Fernão Dias: “...minha partida que será amanhã, sábado, vinte e um de julho de seiscentos e setenta e quatro, com quarenta homens brancos: e tenho quatro tropas minhas com toda a carga de mais importância no serro, onde está o capitão Matias Cardoso, esperando por mim, o qual me mandou pedir gente escoteira com pólvora e chumbo” Sabe-se que Fernão Dias enviara ademais, à sua frente, um troço (corpo de tropas) comandado por Bartolomeu da Cunha Gago.

(8) As nascentes do Rio Pará, cuja extensão é de 310,6 km, situam-se na Serra das Vertentes, em divisas dos atuais municípios de Desterro de Entre Rios e Resende Costa, próximas ao povoado do Hildebrando, formada pelo córrego dos Bois e outros mananciais. A importante bacia do Rio Pará abrange uma área de 234.347

km2, ao longo de 38 municípios de nosso Estado.

(9) No Alto Paraopeba, a expedição se estabeleceu em Santana do Paraopeba, terras do hoje município de Belo Vale, daí se dirigindo para o Sumidouro (hoje o distrito de Fidalgo, em Pedro Leopoldo) e Roça Grande, a pequena distância de Sabará. No Sumidouro, hoje distrito de Fidalgo, ocorreria a célebre e fática desavença entre D. Rodrigo Castelo Branco (administrador geral das minas) e Manuel da Borba Gato, culminando com o assassinato do nobre espanhol em 25/11/1682 – ver matéria em nosso boletim LXXIX - abril/2014.

A expedição de D. Rodrigo Castelo Branco saiu de São Paulo dia 19/03/1681, chegando à feitoria de Paraopeba em 26/06/1681, gastando, no percurso, três meses e sete dias, o que pressupõe, a grosso modo, um deslocamento de 4 a 5 km/dia.

(10) Iviturui foi o antigo nome de Serro e região, onde as expedições de Marcos de Azeredo Coutinho e Fernão Dias, em épocas distintas, teriam encontrado esmeraldas.

(11) Fernão Dias teria descoberto as pedras em 27/03/1681, conforme anotou em carta, tendo seu filho Garcia Rodrigues Pais feito a entrega das mesmas a D. Rodrigo Castelo Branco, em 26/06/1681, no arraial de São Pedro do Paraopeba. Deduz-se que Fernão Dias tenha morrido no mês de março, vitimado pela “carneirada” (malária/impaludismo), nas proximidades do arraial do Sumidouro, quando retornava de Itacambira, de posse das “pedras verdes”, que acabaram sendo entregues por seu filho Garcia Rodrigues Pais ao administrador geral D. Rodrigo Castelo Branco. Há muitas polêmicas sobre os restos mortais de Fernão Dias: de que teriam sido embalsamados por seu filho e sepultados no Convento de São Bento em São Paulo; de que teriam sido enterrados em Guaçuí, hoje distrito de Várzea da Palma e outras versões. Não há, segundo pesquisadores, um só documento que se refira à trasladação ou sepultamento dos restos de Fernão Dias em São Paulo, logo após sua morte em inícios de 1681. Especula-se que os despojos tenham sido levados entre outubro e dezembro de 1681, para sepultamento no Mosteiro de São Bento.

(12) Há referências, já no século XVI, à expedição de Sebastião Marinho ao Triângulo Mineiro (antigo Sertão da Farinha Podre). Outras expedições partiram, posteriormente, de São Paulo rumo ao atual território de Goiás, como as de Afonso Sardinha, João do Prado, Cap. João Pereira de Sousa Botafogo, Nicolau Barreto, etc. Em 1722, a partir do caminho aberto por Bartolomeu Bueno da Silva, surgiria a rota obrigatória para todos quantos demandavam o Triângulo e Goiás, denominada “Estrada de Anhanguera”, depois “Estrada (ou Caminho) de Goiás” ou ainda “Estrada Real de Goiás”, para tal incorporando rotas oriundas do litoral (Rio de Janeiro, São Paulo), via Minas Gerais.



## FERNÃO DIAS DADOS BIAGRÁFICOS

Fernão Dias Pais Leme nasceu em 1608, na Vila de Piratininga, descendente de família nobre da Capitania de São Vicente. Casado com D<sup>a</sup> Maria Garcia Rodrigues Betim, tendo o casal 8 filhos.

Fernão Dias integrou a famosa bandeira de Antonio Raposo Tavares que, em 1638, devastou todo o sul do Brasil, chegando até o Uruguai, atacando reduções jesuíticas e aprisionando milhares de indígenas. Em 1640, participa da defesa do litoral paulista (São Vicente e Santos), contra corsários holandeses. Inimigo dos jesuítas, pela sua defesa dos índios, Fernão Dias participou, entre os anos de 1644 a 1646, de nova bandeira no sertão paulista. Em 1650, administrou a construção do Mosteiro de São Bento. Em 1651, nomeado juiz ordinário da Vila de São Paulo, cargo correspondente ao de administrador da vila. Em 1661 e 1665, empreendeu novas expedições ao sul do País, em especial na Serra de Apucarana (Paraná), com o intuito de apresar índios, sempre com o intuito de reduzi-los à escravidão e fornecê-los como trabalhadores às fazendas da costa, ali tratados como animais. Teria, nesta expedição, arrebanhado cerca de 5.000 índios. Em 1671, homem rico, envia grande ajuda financeira e reforços (escravos armados) a Salvador, no combate aos invasores holandeses. Recebeu do governador geral D. Afonso Furtado de Castro Mendonça, Visconde de Barbacena, a patente de “Chefe da grande bandeira” (1671) e de “governador das esmeraldas” (1672), com o objetivo de localizar as regiões de prata e esmeraldas, mencionadas por sertanistas anteriores<sup>(1)</sup>. Assim, em 1674, após longos preparativos, adentrou o sertão, sendo a expedição precedida pelas bandeiras de Matias Cardoso de Almeida (1673) e Bartolomeu da Cunha Gago (inícios de 1674), com objetivos de plantio, colheita e armazenagem de lavouras. Segundo testemunhos de contemporâneos e autoridades, Fernão Dias era homem desprendido, nobre, leal, prestando inestimáveis serviços à Coroa Portuguesa. Dispenderia toda a sua vasta fortuna em projetos de interesse governamental, deixando, ao morrer, a família na inóxia, totalmente desprovida de bens e recursos. Os excessivos gastos com o empreendimento levaram Fernão Dias a vender gado, terras, ouro e prata de sua casa, deixando a família – esposa, filhas e sobrinhas sob sua dependência – em situação, antes opulenta, na mais extrema pobreza. “... que fique para sempre, na memória de todos os brasileiros, a lembrança do nobre varão, juntamente com o de outros valorosos bandeirantes que, com sua coragem e pertinácia, alargaram as fronteiras do território pátrio, do qual tanto nos orgulhamos” (Canabrava Barreiros, op. cit. Pág. 120).

### NOTAS

(1) O trajeto São Paulo ao território das Minas foi utilizado, não só por bandeirantes e aventureiros, mas igualmente por altas autoridades coloniais portuguesas. A viagem do Governador da Capitania do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Menezes, em 1700, ao sertão dos Cataguás e ao Rio das Velhas foi a primeira visita de uma autoridade colonial à mencionada região. Segundo Bento Fernandes Furtado, o governador achava-se acompanhado pelo célebre sertanista Manuel da Borba Gato.

Em 1717, o governador da Capitania de São Paulo e Minas, D. Pedro de Almeida (Conde de Assumar), utilizou o mesmo itinerário de São Paulo às Minas, sendo o diário dessa viagem uma das mais importantes fontes documentais sobre o acesso (“Caminho Velho”) à região mineradora.

## CATAGUÁS

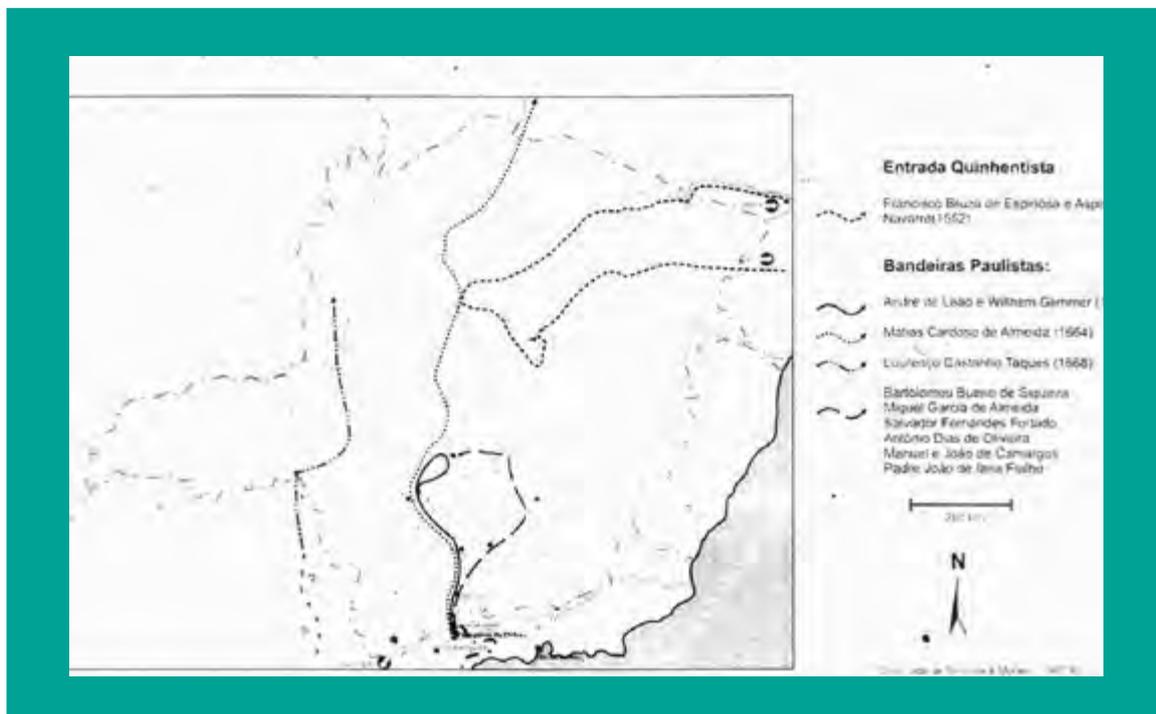
Há um questionamento histórico-etnológico quanto à referência e existência dos índios cataguás, como antigos habitantes de nosso Estado, que fora conhecido, inclusive, nos primeiros tempos, como “Minas dos Cataguases”. Os primeiros desbravadores como Francisco Espinosa, Dias Adorno, André de Leão, Guilherme Glimmer, Marcos de Azeredo Coutinho, Nicolau Barreto não fazem nenhuma referência à tribos ou índios cataguás. Há menções a tribos tamoios, caetés, termininós, catiguçus, mas nunca a “cataguás”. A própria expedição de Lourenço Castanho Taques que, em 1675, teria derrotado os “cataguás”, não faz nenhuma menção ao termo “cataguá” e sim “cativos da nação caeté” (cf. Taunay em “História Geral das bandeiras paulistas”) O historiador Pedro Taques, por sua vez, refere-se a “mapaxós”

A palavra “cataguá”, curiosamente, aparece na carta de fevereiro de 1673, em que D. Pedro instiga Fernão Dias a explorar o território a norte da Mantiqueira. O termo “cataguá” designava, genérica, senão vagamente, qualquer grupo indígena não tupi (ou não falante do tupi), que habitasse as florestas. Etimologicamente, vem de “caa” (mato) + “ta” (bruto) + “gua” (vale), “aquele que vive no mato”. Era termo pejorativo, no sentido de “bárbaro”, “bestial”

Oiliam José em “Indígenas de Minas Gerais – aspectos políticos e etnológicos” esclarece que os ameríndios, denominados Cataguases, eram do grupo jê-tapuia, portanto distintos do grupo tupi.

Conclui-se, pois, que falar-se em índios ou tribos “cataguás”, segundo etnólogos, é um mito, uma quimera, sem respaldo etno-histórico e mesmo arqueológico. Uma criação fantasiosa, ao que parece, dos exploradores paulistas, ao generalizarem os diferentes grupos indígenas não falantes do tupi.

(Fonte: “O Alto São Francisco e o mito dos cataguá: contribuições para a história indígena em Minas Gerais” – Autoria de Gilmar Henriques, Fernando Costa, Edward Koole - Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 14: 195-208: 2004)

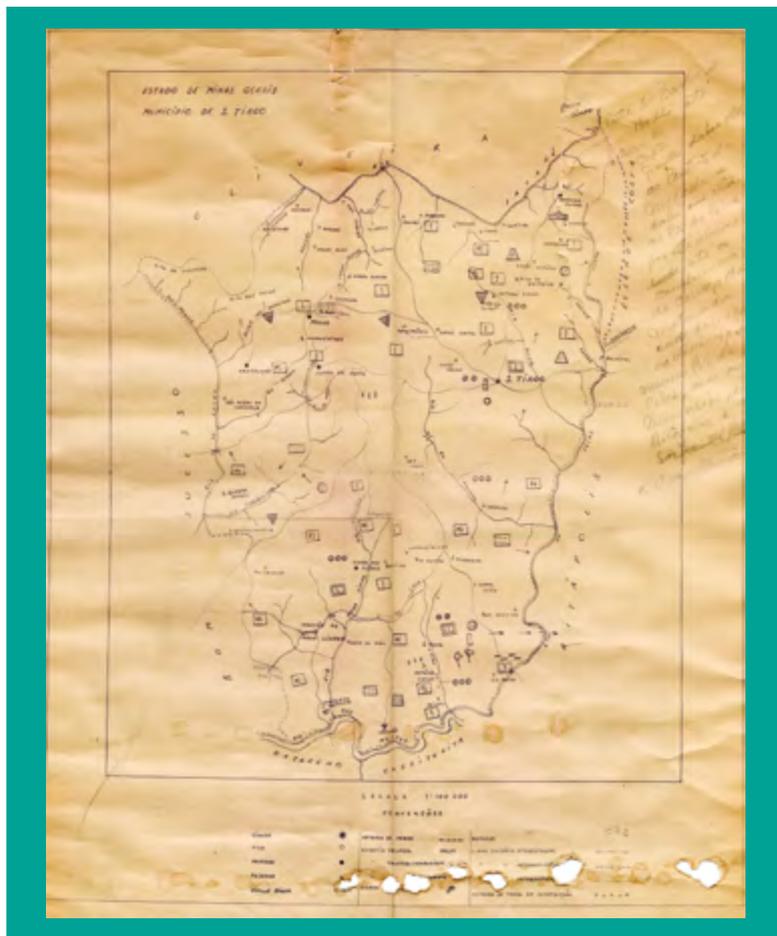


## O MÉRITO DA BANDEIRA DE FERNÃO DIAS

O mérito maior das bandeiras, segundo estudiosos, foi o desbravamento dos sertões desconhecidos, ao mesmo tempo em que semeavam vilas e povoavam-se os imensos territórios. A bandeira de Fernão Dias (1674) – homem, sem dúvida, arrojado, temperamento inquebrantável, a quem o historiador Pedro Calmon denomina “estoico capitão” – teve características diferentes das expedições anteriores, cujo objetivo básico era o de aprisionar índios. Fernão Dias criou postos, estâncias ou feitorias por onde passava, deixando-os sob a gestão de um feitor, ali plantando-se lavouras (milho, mandioca, feijão), criando-se porcos e aves, para sustento dos homens da bandeira. Algumas dessas feitorias, verdadeiras sementes do progresso, acabaram vingando, dando origem a cidades de nossos dias.

A bandeira abriria e interligaria, de vez, os caminhos de São Paulo até o Rio das Velhas, daí até o norte de Minas (com as expedições de Matias Cardoso de Almeida e Antonio Gonçalves Figueira), ainda com o posterior “Caminho Novo”, ligando o Rio de Janeiro a Minas Gerais, realizado por Garcia Rodrigues Pais. Cabe menção, ademais, o roteiro aberto por Antonio do Prado da Cunha em direção às minerações de Pitangui (1713) e daí ao Triângulo e Centro-Oeste do País.

Com a bandeira de Fernão Dias iniciou-se, pois, o povoamento de Minas Gerais, que se tornaria, no dizer de Augusto de Lima Júnior, “a maior concentração de portugueses da América”, criando-se os primeiros núcleos demográficos – feitorias ou estâncias – embriões de futuras cidades. Tamanho o afluxo de portugueses rumo ao Brasil, esvaziando-se o País, que as autoridades reais baixaram severas leis, proibindo a saída de moradores. Gentes de todas as partes chegavam a Minas, após o anúncio ou rush da descoberta do ouro. O viajante Antonil escreveu: “Cada ano, vêm nas frotas quantidades de portugueses e estrangeiros, que passaram às Minas. Das cidades, das vilas e recôncavos e sertões do Brasil, vão brancos, pardos, pretos e muitos índios de que os paulistas se servem...”



Mapa do Município de São Tiago – década 1950 – arquivo família Pacheco  
Diagramação: Dr. Saulo Vieira

## PASSAGEM DA BANDEIRA DE FERNÃO DIAS POR TERRAS DE NOSSO MUNICÍPIO

A oralidade popular conserva, ainda que imprecisamente, a passagem/travessia da expedição de Fernão Dias Paes por nossas terras. Vinda de Ibituruna, (todos os autores são unânimes a este respeito), atravessando o Rio das Mortes e trechos do atual município de Bom Sucesso, à altura da Serra do mesmo nome, adentrando o nosso município, ao longo e a montante do córrego da Serra ou Taboões, pela região do Jardim, Bananal, Pau Lavrado, Pau da Bandeira (segundo secular tradição, o local “Pau da Bandeira” é uma referência à passagem da famosa expedição que ali teria fixado um mastro, vulgarmente denominado “pau”); Morais, Romeiros, Jacaré de Baixo até Morro do Ferro. Registre-se que a distância entre as sedes dos municípios de Ibituruna e São Tiago, em linha reta, segundo dados do DER, é de 61 km.

Segundo Canabrava Barreiros, “o possível trajeto da Bandeira de 1764 correria, a partir de Ibituruna, no mesmo itinerário da expedição de 1601, uma vez que, por ali se estendia “uma estrada larga e batida” no dizer do próprio Glimmer. Alongar-se-ia paralela ao ribeirão da Serra até a atual Passa Tempo, onde defletindo para nordeste, seguiria a Bandeira em busca do rio das Velhas. Ultrapassado o rio Pará e através das elevações das cabeceiras do Macaúbas, correria pela atual Piedade dos Gerais, alcançando a famosa segunda feitoria, São Pedro do Paraopeba” (op.cit. págs. 53/54)

Acresce ainda Canabrava Barreiros: “Tendo saído de Ibituruna, em março de 1675, ‘após as chuvas’, possivelmente, neste mesmo ano, ou, no máximo, princípios de 1676, teriam chegado à feitoria do Paraopeba, de onde, nesse mesmo ano, estariam chegando ao Sumidouro, deixando a Roça Grande para trás” (op. cit. pág. 62)

Deslocando-se, pois, de Ibituruna, em março, já no final da estação chuvosa, provavelmente o mês de março (não há registro da data de saída de Ibituruna), é de supor que a expedição tenha adentrado e atravessado as terras de nosso município em fins deste mês (março) ou inícios de abril de 1675. Apesar das intempéries climáticas e percalços rotineiros a uma expedição daquele tempo (travessia de rios, serras etc.), - aliás, inexpressivos, no hoje território são-tiaguense - há de se lembrar que, conforme os escritos e relatos de Guilherme Glimmer, caminhava-se, após Ibituruna, por uma “estrada larga e batida”, decerto trilha indígena e passagem de anteriores expedições paulistas.



# SESMARIA DE ROQUE DE SOUSA (1737)

Em despacho de 08/05/1736, o governador da Capitania Gomes Freire de Andrade autorizava a abertura da “Picada de Goiás”, com a reiteração expressa de proibição de trânsito de comitivas por outros caminhos clandestinos<sup>(1)</sup>. A implantação da “Picada” ou “Caminho Novo dos Goiáses” pela Coroa Portuguesa tinha como propósito a coibição de contrabando e outras atividades ilegais, ao lado do povoamento das terras denominadas “sertão”, adentrando-se o interior do Brasil, via as Minas Gerais, e tornando o território apto para o tráfego de pessoas e em condições de moradia nas sesmarias concedidas a partir da Comarca do Rio das Mortes<sup>(2)</sup>.

Todos os caminhos abertos eram considerados estradas de “El-Rey”, porquanto pertenciam à Coroa Portuguesa. Dessa forma, a denominada “Picada de Goiás” detinha o status de estrada real, denominação comum a todos os caminhos autorizados pelo Rei ou seus administradores coloniais. As regras da época, para a construção de novas estradas, estipulavam que fosse largas, de até 2 metros (de largura), revestidas de pedras – geralmente de minério de canga – ou seixos rolados, com drenos de braúna e outras técnicas vigentes. Na verdade, algo raro, apenas no papel, como é típico do Estado brasileiro, pois, segundo viajantes e cronistas, as estradas eram lamacentas, quase intrafegáveis, tornando a marcha penosa, morosa. Desmoronamentos, vegetação espessa às margens, erosões causadas pelas enxurradas e mesmo os sulcos profundos causados por carros de bois e o pisoteio das tropas tornavam os leitos dos caminhos quase intransponíveis.

A Picada de Goiás, como vimos, detinha estrutura e status de estrada real, como forma de expansão terrestre com interesses econômicos, políticos e sociais inseridos nos propósitos oficiais de formação e consolidação da Capitania de Minas Gerais e São Paulo (desmembrada do Rio de Janeiro pela Carta Régia de 09/11/1709). Em 02/12/1720, por alvará concedido por D. João V, a Capitania de Minas torna-se independente de São Paulo, sendo instalada em 18/08/1721 com a posse do 1º governador geral D. Lourenço de Almeida (1680-1750), corroborando assim a importância de nossa capitania aos olhos da Coroa Portuguesa. Estima-se que a população consolidada da Capitania (das Minas), à época, era de 80 mil pessoas (apud Diogo de Vasconcelos (1843-1927) em sua obra “História Antiga de Minas Gerais”).

A Picada de Goiás ligava, a grosso modo, São João Del-Rei ao Rio São Francisco e Paracatu e dali a Goiás e ainda ao porto de Parati, havendo variantes em seu percurso, motivos de discussão entre historiadores. Teria como início - ponto zero - as proximidades ou intersecções entre o atual município de Ritópolis e o distrito de Caburu no município de São João Del-Rei<sup>(3)</sup> tornando-se um trajeto para sertanistas, aventureiros, bandeirantes em busca de ouro e quando não o encontravam, de índios escravizados. Já durante o séc. XVIII, foram intensas as iniciativas de povoamento do sertão mineiro, sendo que só na Comarca do Rio das Mortes foram distribuídas 1072 cartas de sesmarias<sup>(4)</sup>, várias delas em nosso meio. Até meados do séc. XVIII ocorreria um considerável crescimento extrativo de ouro, mormente ao longo da rota para Goiás, Mato Grosso e ainda nas vilas mineiras de Pitangui e Paracatu. Sua exaustão levaria à expansão das atividades agropecuárias e ao comércio. Minas se tornaria a mais urbana e populosa das capitanias, atraindo, no período áureo, cerca de 600 mil forasteiros, provindos dos mais diversos rincões, em sua maioria portugueses.

A economia da Comarca do Rio das Mortes, a que pertencemos, migraria do escravismo minerador para o capitalismo comercial, notadamente a produção agropecuária, em especial para o abastecimento da Corte (Rio de Janeiro). Segundo Afonso de Taunay, a região das Minas era percorrida por homens de toda a casta e de todas as partes, gente de cabedais e aventureiros sem vintém, em número enorme, os primeiros arrogantes e prepotentes, acompanhados por espingardeiros violentos, vingativos, jogadores e devassos; os demais, em geral, vadios e ladrões inveterados, traidores e assassinos (“História Geral dos Bandeirantes”, SP, Melhoramentos, 1986).

Quer o ouro extraído, quer víveres colhidos exigiam infraestrutura para seu transporte, o que levou as autoridades à abertura de estrada(s), construção de pontes na travessia de rios, diminuindo-se as longas e estafantes caminhadas. Até então, para atravessar os rios, alguns caudalosos, utilizava-se o vau ou o baixio, retendo-se as caravanas e deteriorando-se os

produtos em trânsito. Ao lado disso, a instalação de registros para a cobrança de impostos sobre o ouro, mercadorias, gado, sal, escravos que trafegavam pelos caminhos. A Picada de Goiás permitiu, sem dúvida, o desbravamento do Oeste mineiro e do Brasil Central com a transformação dos centros mineradores – ante a decadência dos veios auríferos – em zonas agrícolas e pastoris, fixando a civilização e estabilizando o homem na terra.



produtos em trânsito. Ao lado disso, a instalação de registros para a cobrança de impostos sobre o ouro, mercadorias, gado, sal, escravos que trafegavam pelos caminhos. A Picada de Goiás permitiu, sem dúvida, o desbravamento do Oeste mineiro e do Brasil Central com a transformação dos centros mineradores – ante a decadência dos veios auríferos – em zonas agrícolas e pastoris, fixando a civilização e estabilizando o homem na terra.

Em sua obra “São João Del-Rei – século XVIII – História sumária”, Ed. Autor, 1996, o escritor Geraldo Guimarães considera como trajeto principal e provável da Picada de Goiás o percurso que passava por São Tiago, São João Batista (Morro do Ferro), São Bento do Tamanduá, Formiga. Tanto os mapas de Frederich Wagner e José Joaquim da Rocha apontam a passagem inicial da Picada por São Tiago, Oliveira e no meio destas uma fazenda “Braga”, no atual município de São Tiago, nas proximidades de Morro do Ferro. O historiador Ariosto da Silveira em sua obra “Ao longo da trilha – lembranças da infância de Minas” (BH, Ed. Autor, 2004, p. 94) informa: “A partir do Rio do Peixe é que foram concedidas as primeiras sesmarias aos abridores da picada”

De acordo com os historiadores Tarcisio José Martins e Leopoldo Correia, dentre as primeiras sesmarias da Picada, concedidas em 29 de março de 1737, por ato do então Governador Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, mencionam-se: a de Roque de Sousa no lugar “Almas” ou “Riacho do Barro”, (Rio do Peixe), hoje município de São Tiago, divisas com o atual município de Ritópolis; a de Manuel Álvares Gondim em Bom Sucesso; e a de Manuel Martins da Barra no lugar “Mandassaia” ou “Pouso Alegre”, hoje município de Oliveira<sup>(5)</sup>.

Importante frisar, por conseguinte, que no vasto trajeto da Picada, a primeira sesmaria consignada/concedida, a partir de São João Del-Rei, foi ao sesmeiro Roque de Sousa, em terras de nosso município e em torno da qual – e de várias outras sesmarias: diversas sesmarias – e ainda minerações – em seu entorno circunjacentes concedidas pelas autoridades coloniais à época - conformou-se antiga povoação, hoje cidade de São Tiago. (Registro da sesmaria de Roque de Sousa - manuscrito SC 42, p. 53, rolo 09 - Arquivo Público Mineiro) Fica, assim, evidenciado que a povoação se constituiu em função das diversas sesmarias em seu entorno, vindo a se consolidar com edificação de uma capela em honra a São Tiago Maior e Sant’Ana (1761) e com a doação de patrimônio à Capela (1766) pelo sesmeiro Domingos da Costa Afonso, proprietário da Fazenda Capão Grosso: sita nas adjacências/confluências do arraial<sup>(6)</sup>.

## NOTAS

(1) Já em 1720, a Coroa Portuguesa estipulara a pena de morte para quem abrisse, sem autorização, outros caminhos entre as Minas Gerais e Goiás, de liberação reiterada em 1733 e 1758.

(2) Razões de implantação da “Picada” referem-se, igualmente, à impossibilidade de controle e fiscalização eficiente por parte das autoridades, naquele emaranhado de vias e rotas. A abertura de estradas era uma forma de se garantir a cobrança de impostos, mediante a concessão de sesmarias. A mudança do sistema de cobrança do imposto do quinto, que, a partir de 1735, passara a ser por capitação (por pessoa) facilitava, em tese, o processo de arrecadação real, mas que geraria graves transtornos ao Erário Régio e à administração colonial, sendo um dos motivos, segundo abalizados historiadores, do incremento de quilombos e revoltas populares na Capitania mineira.

(3) Imposto da Capitação, que vigorou de 1735 a 1751, provocou o esvaziamento de vilas e arraiais, dada a fuga de brancos pobres e pretos forros com seus respectivos escravos para os sertões do “Campo Grande”, fazendo malograr os propósitos arrecadadores da Coroa. O Gov. Gomes Freire delegou também aos capitães do mato a cobrança, pela força das armas, da capitação, com atribuições de confisco de bens e de escravos no caso de atrasos no pagamento, provocando abusos e violências sem fim, denunciados em vão pelas câmaras municipais, levando a Capitania praticamente à ruína.

Gomes Freire foi além: simplificou o conceito de quilombola, criminalizando o fato de se estar num quilombo ou a mera suspeição disso; confundiu e considerou devedores do imposto de capitação a qualquer cidadão, rotulado de quilombola, razão de desmandos por parte dos capitães que recebiam “duas tomadias por quilombola preso”. A tomadia era um sistema de pagamento que se baseava na distância entre a propriedade de onde o escravo se evadira e o local onde foi (ou a ser) recapturado, além do número de quilombolas localizados em determinada região, riscos e custos da operação etc. Assim, moradores pobres, posseiros, forros, cidadãos comuns passaram a ser demonizados e esbulhados.

O sistema de cobrança através das casas de fundição retornaria em 1751 por decisão do Marquês de Pombal, recém empossado ministro do rei D. José I. O tributo por capitação (diz-se que fora uma ideia inicial de Alexandre de Gusmão e institucionalizada pelo Gov. Gomes Freire em 1735) fora uma tentativa da Coroa em inibir a ociosidade de negros forros e livres em Minas, afetando, porém, de forma desastrosa as atividades produtivas e arrecadatórias da Capitania.

O imposto da capitação era cobrado, a cada semestre, sobre suas próprias pessoas, sob pena de prisão, multa, açoite e degredo. As pessoas reprimidas e extorquidas, em especial pretos forros, brancos pobres e paulistas dissidentes, fugiam das povoações, buscando regiões isoladas. Passaram a ser chamadas e criminalizadas como quilombolas e assim expostas ao arbítrio dos fiscais do Erário e de capitães do mato. Havia autorização para que quilombolas presos, fossem marcados a ferro (marca "F" – "Fujão") e os que já tivessem a marca F, gravada nas espáduas, fossem-lhes arrancada uma orelha, sem processo algum.

Segundo o historiador Tarcísio José Martins, o Gov. Gomes Freire foi o maior genocida da América Latina em todos os tempos, envolvido também na destruição das missões jesuíticas no sul do País e consequente genocídio de índios.

A Coroa Portuguesa, além dos tributos normais (quinto, capitação) lançava mão dos subsídios voluntários – taxas, dízimos, sobre tudo e sobre todos: bens, lavouras, gado, negócios. Montou a maior máquina de tirania fiscal, de corrupção, de privilégios públicos, de extorsão, de que se tem notícia e que chegou até os nossos dias...

(3) O marco zero da Picada de Goiás, ainda hoje é motivo de dissensão entre estudiosos. Há uma tendência consensual em situá-lo em Ibitutinga, outros em São Gonçalo do Brumado (Caburu), ambos os pontos, portanto, às margens do Rio das Mortes.

(4) Sesmarias eram quinhões de terras incultas que a Coroa Portuguesa, mediante cartas de concessão cediam a terceiros, em geral pessoas de posses, que a tal se habilitassem, com objetivos de povoá-las, cultivá-las, nelas fixar-se.

(5) In "Quilombo do Campo Grande – história de Minas que se devolve ao povo", Contagem/MG, Ed. Santa Clara, 2008, p. 430

"...O Dr. Leopoldo Correia confirma que a primeira sesmaria de Francisco Rodrigues Gondim fora concedida a 30 de março de 1737, denominando-se Pouso Alegre, no Mandassaia em Oliveira. Outras, em nome de Roque de Sousa, Manoel Alves Gondim e Manoel Martins da Barra, denominadas Almas, Bom Sucesso e Mandassaia; situavam-se, respectivamente, em riacho do Barro, rio do Peixe (divisas de São João Del-Rei com São Tiago, sic), rio das Mortes, adiante do ribeirão das Areias e do ribeirão do Mandassaia em Oliveira" (Tarcísio José Martins - "Quilombo do Campo Grande – história de Minas que se devolve ao povo", p. 430, com uma nota no rodapé, de nº 1184 – "Acheias à História do Oeste de Minas e municípios vizinhos", ed. 1993, p. 20)

(6) Sobre o sesmeiro Domingos da Costa Afonso e a doação de patrimônio à capela de São Tiago Maior e Sant'Ana, ver matéria em nosso boletim nº CV, junho/2016

## LIGEIROS COMENTÁRIOS

### Carta de Sesmaria de Roque de Sousa

A carta de sesmaria de Roque de Sousa, concedida pelo Gov. Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, em 29 de março de 1737, merece alguns despretensiosos comentários:

• O sesmeiro afirma em seu requerimento que "no caminho novo dos goyases tinha lançado huas posses em hu sitio chamado das Almas, o qual tinha descoberto, povoado e cultivado com grande despeza de sua fazenda..." ou seja, tais posses (terras) eram já por ele povoadas e cultivadas e com consideráveis investimentos ("despesas de sua fazenda"), envolvendo, decerto, o concurso de mais pessoas, familiares e/ou escravos.

• Que o sítio "chamado das Almas (...)" principiava no riacho do Barro, onde se poz a cruz das ditas Almas" (era comum a colocação de cruzeiros em locais estratégicos, quer por motivação de fé, quer para se delimitar/demarcar a posse, mormente à beira de caminhos)

• Que o referido sítio ia do Rio do Peixe, numa extensão de três léguas, acabando no terceiro ribeiro "depois de passar o Ribeyrão das Aves". Sabemos que tais nomes (toponímicos) primitivos, como Almas, Barro, Aves, desapareceram (uma das exceções é o ribeirão ou rio sujo), cabendo lembrar, no entanto, que a sesmaria de Roque de Sousa confrontava/viria a se confrontar com vizinhos e moradores, dentre eles sesmeiros como Manoel Gonçalves e Domingos da Costa Afonso (ver matéria em nosso boletim nº CV, junho/2016) e que, segundo o despacho do Governador, deveriam ser notificados "para a todo tempo constar dos lemites desta sesmaria na forma do regimento" e com o prazo de três anos para o "suplicante mandar confirmar esta sesmaria". As sesmarias de

Manoel Gonçalves e Domingos da Costa Afonso foram concedidas pelo Governo colonial em 25/04/1747, ou seja, 10 anos após a de Roque de Sousa.

• Que entre 1708, data da chegada à nossa região – Vargem Alegre - dos primeiros brancos (mineradores espanhóis, segundo a tradição) até 1737, quando Roque de Sousa requere a posse do sítio das Almas, devidamente "descoberto, povoado e cultivado", passam-se 29 anos, o que configura que o território local contava com presença humana fixa e com exploração, seja de ouro ou atividades agropastoris.

796

REVISTA DO

### A Roque de Sousa

Martinho de Mendonça do Pina e de Proença etc. — Faço saber aos que esta minha carta de sesmaria virem que tendo respeito a me representar Roque de Sousa, que no caminho novo dos Goyazes, tinha lançado huas posses, em hu sitio chamado das Almas, o qual tinha descoberto, povoado, e cultivado com grande despeza da sua fazenda, cujo sitio principiava no riacho do Barro, onde se poz a cruz das ditas Almas, indo do Rio do Peixe para do São Francisco, comarca do Rio das Mortes, que acaba no terceiro Ribeyro, depois de passar o Ribeyrão das Aves, que horão tres legoas, a porque para evitar duvidas, e contendas, que se podião seguir e poder possuir com justo titulo, o dito sitio, o queria, por sesmaria, pedindo-lhe lha mandasse passar na forma das ordens de S. Mag.<sup>o</sup> ao que attendendo eu, e mandando informar o Provedor da fazenda real, Procurador della, Hey por bom fazer m.<sup>o</sup> con o ler em nome de S. Mag.<sup>o</sup> ao Supp.<sup>o</sup> do referido Sitio com terras, e muttons a elle pertencentes, dentro das confrontações mencionadas, e demarcações assim declaradas, comtanto, que não passem de tres legoas, em quavira, ou não comprehendão ambas as margens de algum Rio navegavel, porq.<sup>o</sup> neste caso, ficará livre de parte de huas das margens, o espaço de meia legoa para o uso publico, na forma das ultimas ordens de S. Mag.<sup>o</sup> e esta m.<sup>o</sup> que faço ao Supplicante, he salvo o dir.<sup>o</sup> regio, ou prejuizo de terceiro que haja povoado, cultivado, e occupado as ditas terras, ou dellas tenha algu titulo que valiozo seja, ficando aos vezinhos e moradores com quem partem, não somente reservados os seus sitios, mas as vertentes dellas, que lha foram competentes, sem que os referidos vezinhos, e moradores, com o pretexto de vertentes, se queirão appropriar de demasiadas terras, em prejuizo desta m.<sup>o</sup> q.<sup>o</sup> faço ao Supplicante, q.<sup>o</sup> será obrigado dentro de hum anno q.<sup>o</sup> se contará da data desta, a demarcar judicialmente as ditas terras, mostrando as que lha concedo, e de q.<sup>o</sup> lha faço m.<sup>o</sup> E antes de fazer a dita demarcação serão notificados os referidos vezinhos, e moradores com q.<sup>o</sup> partirem as ditas terras, por officiais competentes, para allegarem o prejuizo q.<sup>o</sup> tiverem e embargarem a demarcação judicialmente, se lha prejudicar, e sem fazer a dita notificação, e demarcação será de nonhu vigor esta sesmaria, por ser justo que cada hu possua o q.<sup>o</sup> lha pertence e se evitem contendas, e prejuizos, e o Sup.<sup>o</sup> será obrigado a povoar, e cultivar as ditas terras ou em parte dellas dentro de dous annos; e não o fazendo se devolverão e se darão a quem as possa cultivar, e outro sy terão as ditas terras com condição de nellas não succederem Religioens, por titulo algum e acontecendo q.<sup>o</sup> as possuão será com o encargo de dellas pagarem Dízimos, e as deverem como se fossem possuidas por Seculares, e faltando se ao referido, se julgarão por devolutas e darão a quem as denunciar, e o Sup.<sup>o</sup> não impedirá os caminhos, e serventias publicas, q.<sup>o</sup> nos taes sitios houver. Pelo q.<sup>o</sup> mando o official a q.<sup>o</sup> tocar de posse ao Supplicante das referidas terras inclusas nas ditas confrontações e demarcações assim declaradas na forma desta minha concessão, feita primeyro a demarcação com a notificação dos vezinhos como assim ordeno, de q.<sup>o</sup> se fará termo no livro das Nottas para a todo o tempo constar dos limites desta sesmaria, na forma do regimento, e será outro sy obrigado, elle supp.<sup>o</sup> a mandar confirmar esta sesmaria, por S. Mag.<sup>o</sup> pelo seu Cons.<sup>o</sup> Ctr.<sup>o</sup> p.<sup>o</sup> o q.<sup>o</sup> lha concedo o tempo de tres annos, q.<sup>o</sup> se contarão da data desta mesma sesmaria, q.<sup>o</sup> por firmeza de tudo lha mandey passar por mim assinada e sellada com o sello de minhas armas, q.<sup>o</sup> se cumprirá inteiram.<sup>o</sup> como nella se contém, registandosse nos Livros da Secretaria deste Governo e nos a que mais tocar. Dado em V.<sup>o</sup> Rica a vinte e nove de Março Anno do nascimento de N. S.<sup>o</sup> Jesus Christo de mil settecentos e trinta e sete. O Secretario do Governo Antonio de Sousa Machado a escrevy. — Martinho de Mendonça de Pina e de Proença.

Fonte: Arquivo Público Mineiro - COD 1226  
Cartas de Sesmarias - Vol.3 - PP. 796/797



# O TERÇO

Antigamente, na roça, era costume rezar o terço em família antes de deitar. O pessoal reunia no quarto do oratório, cada um se ajeitava perto da cama, junto à arca, escorado numa cadeira ou em qualquer móvel que pudesse oferecer apoio ao corpo, cansado da lida diária. Um puxava o terço, os demais iam acompanhando. No começo, as vozes saíam fortes, entoadas. Pareciam cheias de fé. Depois, o coro ia ficando monótono, o sono chegando. Ligeiros cochilos entre a “Ave Maria” e a “Santa Maria”, uma voz faltava ou ficava para trás. Então quase todos se distraíam, alguns começavam a rir discretamente, o terço desandava. Aí o puxador intercalava uma repreensão: “- Ave-Maria, cheia de graça, o Senhor é convosco... Pára de rir Maria. Acorda, papai, está no quarto mistério, agora mesmo acaba... Bendita sois vós entre as mulheres...” No final, tendo já rezado pelas almas do purgatório, especialmente dos parentes e amigos recém-falecidos, terminavam com o Credo, que muitos chamavam “Crem-Deus-Padre”.

Depois do terço, quem não tinha ainda lavado os pé pegava a bacia d'água, o coité com sabão preto e bucha, mais a toalha de pano de saco, lavava, jogava a água fora e entregava ao seguinte.

Então, vinha o café reforçado, com biscoito de todo tipo, pão de queijo, broa de fubá, queijo e leite. Jantavam cedo, era preciso forrar bem o estômago, a barriga podia roncar altas horas da noite.

Quando tinha visita, o serão esticava até mais tarde. Se estavam só os de casa, cada um pegava a lamparina e ia deitar, que o dia seguinte começava de madrugada.

Tio Joaquim e Tia Clarinha moravam nos Morais. Terminada a obrigação, já na boca da noite, Tio Joaquim viu apontado a lua cheia no céu limpo. Era sábado, fazia calor, nada os prendia em casa. Foi lá dentro e propôs: - “Clarinha, a gente podia aproveitar e visitar o Assis mais a Vica. Com menos de duas horas tamos lá, a tempo de ainda pegar o serão. Amanhã de tarde a gente volta.”

Meia hora depois os dois cavaleiros estavam na estrada. Passava pouco de oito e meia quando entraram no curral da fazenda. O fila araçá latiu grosso ao pressentir a chegada dos visitantes. Casa fechada, ninguém veio abrir. O cachorro latia, a porta continuava fechada. Gritaram:

- Ô Assis! Ô Vica!

Nada. Gritaram de novo. Esperaram um pouco. Barulho de gente tirando a tranca da porta, Vicente Baiano aparece com a lamparina na mão. Tio Joaquim pergunta:

- Já tavam dormindo, Vicente?

- Não, sô Joaquim. Nós tava no meio do Crem-Deus-Padre.

*Olavo Romano  
Casos de Minas  
Págs.: 153 e 154*